

Constituinte procura mapa da mina na exploração do subsolo

Inácio Muzzi

BRASÍLIA — Um mapa de 16 metros quadrados, preparado pela Confederação Nacional dos Geólogos (Conage) e muito apreciado pelos constituintes nacionalistas; e um estudo sobre áreas minerais do país, de autoria do Departamento Nacional de Produção Mineral, e de agrado dos parlamentares afinados com o *Centrão*, são as duas principais armas de convencimento utilizadas na Constituinte desde quinta-feira, para atrair votos a dispositivos antagônicos que tratam do futuro da exploração mineral do país.

Os nacionalistas, que querem a nacionalização da pesquisa e da lavra de minerais, buscam votos para o texto aprovado na Comissão de Sistematização, segundo o qual essas atividades são exclusivas da empresa nacional, mediante concessão da União. Liderados por três deputados profissionalizados na área de geologia e engenharia de minas, Luiz Salomão (PDT-RJ), Octávio Elísio (sem partido-MG) e Gabriel Guerreiro (PMDB-PA), e confiantes no apoio incondicional do senador Severo Gomes (PMDB-SP) — nacionalista histórico, relator da Comissão da Ordem Econômica e negociador oficial do PMDB sobre o tema — à tese, esses constituintes têm o apoio da Conage e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na tentativa de provar que o capital estrangeiro na mineração é pernicioso ao país.

Livro — O grande mapa, afixado no corredor de acesso dos anexos da Câmara ao plenário da Constituinte, é a principal peça publicitária de apoio à proposta do segmento nacionalista. Patrocinado pela Conage e elaborado pelo CNPq, a partir de dados cedidos pelo DNPM, o mapa mostra as áreas requisitadas pelas mineradoras nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, marcando em vermelho os lotes de pesquisa e lavra requeridos por empresas multinacionais. Cada constituinte está recebendo uma miniatura do painel, acompanhado de um livro publicado pelo CNPq, mostrando que 38,1% da área explorada no país —

território equivalente à soma dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina — se acham sob controle de grupos estrangeiros. O estudo denuncia ainda que grande parte do subsolo está bloqueado para pesquisas que nunca se realizam.

Esse material foi apresentado pelo deputado Luiz Salomão, acompanhado do senador Severo Gomes, a um almirante e um coronel do Exército pertencentes à 5ª seção do Conselho de Segurança Nacional, em reunião realizada quinta-feira no gabinete da liderança do Partido Liberal. Salomão e Severo não querem comentar o encontro, mas admitiram a companheiros de bancada que os dois oficiais consideraram o material "relevante" e recomendaram aos parlamentares não negociarem qualquer acordo com o *Centrão* antes de um posicionamento oficioso do Conselho.

Proposta — A liderança do *Centrão*, que defende uma emenda liberalizante para a exploração mineral, assustou-se com a notícia do encontro e, na tarde do mesmo dia, três de seus integrantes, os deputados Luiz Eduardo Magalhães (PMDB-BA), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) e Ricardo Fiúza (PMB-PE) extraíram do secretário-geral do Conselho, general Bayma Denny, uma declaração de que o órgão não se pronunciará sobre o tema.

Confiante na promessa do general, José Geraldo ofereceu, já na noite de quinta-feira, uma proposta de negociação ao senador Severo Gomes, pela qual a exclusividade para a empresa nacional seria admitida apenas em áreas de fronteira, reservas indígenas e para a exploração de minerais estratégicos. O senador recusou a proposta e o *Centrão*, apoiado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), decidiu dar ênfase a uma campanha de esclarecimento dos constituintes, com base num trabalho do DNPM que, desconsiderando os requerimentos de pesquisa — "que são provisórios e não servem para identificar áreas bloqueadas como quer a Conage", explica o presidente do Ibram, João Sérgio Marinho — revela que as multinacionais detêm concessões de lavra para apenas 26% da área requerida no Brasil, ficando as empresas estatais com 19%, e as nacionais privadas com 55%.

Porte das estrangeiras preocupa nacionalistas

Estes são os principais argumentos dos grupos nacionalistas:

- Os recursos minerais, por serem exauríveis, são estratégicos e sua exploração deve obedecer aos interesses nacionais.
- Com o subsolo sob controle de empresas estrangeiras, os interesses do país ficam prejudicados, já que cabe à empresa exploradora determinar o ritmo da extração do mineral e os critérios para sua comercialização.
- O porte das empresas estrangeiras inibe a participação do capital nacional na exploração das jazidas mais importantes ao país.
- As mineradoras, em geral, bloqueiam o subsolo nacional através de pedidos e alvarás de pesquisa que nunca são executados. Esses pedidos e alvarás concedem à empresa prioridade, sobre a área e quase sempre, quando caducam, são substituídos por novos requerimentos assumidos por subsidiárias fantasmas da mesma empresa-mãe. Sob domínio do capital estrangeiro, esse bloqueamento corre o risco de estar sendo condicionado por interesses externos.
- O Brasil deve seguir a tendência internacional de países de seu porte econômico e potencial mineral, que estão nacionalizando a pesquisa e a lavra. Os melhores exemplos são o México, que exige um mínimo de 51% de capital nacional nas empresas mineradoras e uma participação de 100% de capital nativo para a exploração de minerais estratégicos; o Canadá, que tem a legislação mineral diferenciada em cada província, e concede ao governo provincial a capacidade de intervir nas empresas, para impedir que capitais alienígenas prejudiquem interesses locais.

'Centrão' critica idéia de mineral estratégico

Estes são os argumentos do *Centrão* e do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram):

- O conceito de mineral exaurível é relativo. Segundo o presidente do Ibram, João Sérgio Marinho, a evolução tecnológica tem adiado sistematicamente o esgotamento das jazidas. O conceito de mineral estratégico é também relativo, conforme acredita o senador Roberto Campos (PDS-MT), que alerta para o desenvolvimento de ligas de laboratório que cada vez mais substituem os minerais como matérias-primas.
- O DNPM está aparelhado juridicamente para obrigar uma empresa a pesquisar ou minerar. Da mesma forma, a União pode sustar a exportação de minérios de seu interesse, como ocorreu no passado com a Meridional (pertencente à U. S. Steel), impedida de comercializar manganês no exterior, em benefício da siderurgia nacional, ou como ocorre agora com a mineração Rio do Norte (Vale do Rio Doce, BNDES e Billigton), contida na exportação de bauxita, devido aos preços depreciados.
- As empresas estrangeiras têm revelado uma tendência voluntária de se associar com capitais nacionais. Recentemente, a British Petroleum se associou aos grupos Monteiro Aranha e Roberto Marinho para explorar ouro em Mato Grosso.
- Pedido de pesquisa não significa direito ao bloqueamento do subsolo, mas sim a obrigação de pesquisar. O Ibram concorda com a mudança do artigo 26 do Código de Mineração.
- A legislação mineral do México é a responsável pela estagnação da pesquisa e da lavra naquele país. Algumas províncias canadenses estão revendo sua legislação nacionalista.